

Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESTÚDIO FOLHA
SEGURIDADE SOCIAL

Indústria quer Brasil líder global da nova economia e da descarbonização 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
SEGURIDADE SOCIAL

STF deve concluir hoje "revisão da vida toda" 8

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Reforma da Previdência: governo Lula deve fazer mudanças em pensão por morte e aposentadoria por invalidez 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Funcionários da Caixa alertam petista sobre crédito do Auxílio 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Transação tributária e a regularização de R\$ 200 bi - OPINIÃO JURÍDICA 12

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro manda suspender orçamento secreto após Lula fechar apoio a Lira 13

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

Regalia antirrepublicana (Editorial) 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Desemprego cai e renda reage, mas tendência é de reversão 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tempo para aprovar reforma tributária 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A economistas Lula reafirma prioridade de combate à fome 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad vê nova regra fiscal em 2023 com reforma tributária 23

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESTÚDIO FOLHA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Custo Brasil emperra crescimento 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PT já admite impacto fiscal menor para "PEC da Transição" 25

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Siglas do Centrão querem pelo menos seis ministérios de Lula 26

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Convidados para a base, MDB e PSD almejam mais espaço na Esplanada do que o sinalizado por Lula

27

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A pedido do PT, Senado adia votação de PEC do Quinquênio

29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Cortes maiores na Saúde e no MEC

30

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Desemprego recua no país

31

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESTÚDIO FOLHA
ECONOMIA

Educação e sustentabilidade como vetores para o progresso

32

FOLHA DE S. PAULO - SP - ESTÚDIO FOLHA
ECONOMIA

Países se adaptam à nova realidade da economia global

34

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

O BC deve honrar sua autonomia (Editorial)

36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

Petróleo fecha em alta com melhor cenário da China

38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

PSDB e Cidadania dão aval a texto, mas pedem mudança no Auxílio

39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

"PEC é arapuca política com desdobramento fiscal"

40

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

No 8º recuo seguido, taxa de desemprego cai a 8,3%, menor no período desde 2014

41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA
ECONOMIA

Dívida bruta recua para 76,8% do PIB em outubro

43

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Aumento salarial do novo governador paulista é péssimo exemplo para o país (Editorial)

44

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Para OIT, salário real caiu mais no Brasil

45

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Queda da inflação na Europa eleva otimismo

46

Quinta-Feira, 1 de Dezembro de 2022

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

PIB dos EUA 47

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Cenários para a economia brasileira de 2023 a 2026 (Artigo) 48

Indústria quer Brasil líder global da nova economia e da descarbonização

A indústria brasileira elaborou um plano estratégico de longo prazo para a retomada do setor industrial com o objetivo de fazer do Brasil um líder global da descarbonização, transição energética, economia digital e provedor de segurança alimentar.

Elaborado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) com base em estudos de diversos segmentos de negócios, o Plano de Retomada da Indústria é uma contribuição para subsidiar iniciativas do novo governo em formação, particularmente já nos primeiros dias, e da sociedade como um todo, diz Iylia Spindola, diretora de desenvolvimento industrial e economia da CNI, responsável pelo plano.

Na visão da CNI, a reindustrialização do Brasil, após anos de estagnação, é essencial para o país alcançar uma trilha de desenvolvimento sustentável com justiça social e ainda se inserir de forma competitiva nas cadeias globais que ditarão os rumos do planeta nas próximas décadas.

"O Brasil tem imenso potencial para ser protagonista no processo de descarbonização da economia global", afirma Robson Braga de Andrade, presidente da CNI. "Podemos ser parte da solução das questões climáticas e, ao mesmo tempo, nos integramos de maneira competitiva e sustentável nas cadeias globais de valor". completa.

No estudo, a CNI lembra que o país tem 58% do território coberto por florestas, possui a maior disponibilidade hídrica do planeta, com 12% das reservas mundiais. A matriz energética conta com 84% de fontes renováveis. O Brasil é ainda um dos maiores produtores de alimentos do mundo e o segundo maior em biocom-bustíveis.

Apesar da retração nos últimos anos, a indústria brasileira ainda responde por quase 11% do PIB (Produto Interno Bruto, soma de todas as riquezas produzidas por um país em um determinado tempo) e mais de dois terços das exportações.

A indústria ainda arca em 2020 com 38% dos impostos federais, sem contar a contribuição à Previdência Social e o ICMS dos Estados. Para cada R\$ 1 que o setor industrial produz, a estimativa é que a economia brasileira como um todo gera R\$ 2,43.

Para retomara trajetória de crescimento, o plano propõe a implementação de uma política industrial moderna que contemple investimentos em inovação, pesquisa e desenvolvimento, além de qualificação da mão de obra, com ênfase em tecnologias socioambientais sustentáveis, eficiência energética, geração de energias renováveis e digitalização de processos governamentais.

Tudo isso dentro de uma estrutura robusta de governança para assegurar bom andamento das políticas e a eficácia das iniciativas. A CNI defende a volta do Ministério da Indústria e Comércio, ponto que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, concordou ainda durante a campanha e que faz parte das áreas de formulação de propostas do novo governo de transição.

"É preciso que o país transforme suas vantagens comparativas em vantagens competitivas, aproveitando o nosso potencial verde para desenhar políticas públicas que permitam às empresas nacionais consolidar posições de domínio tecnológico em cadeias estratégicas", diz o estudo.

O plano de reindustrialização enumera políticas industriais das maiores economias do mundo e faz diversos diagnósticos de gargalos brasileiros há muito tempo conhecidos, propondo medidas pontuais para resolvê-los.

Entre os pontos destacados está o chamado Custo Brasil: a logística precária, a deficiência na formação dos trabalhadores, a carga tributária que penaliza cadeias mais longas como a da indústria, além do excesso de burocracia e da falta de segurança jurídica, entre outros.

"É importante ressaltar que as propostas da indústria não se baseiam na simples criação de incentivos ou na redução de tributos. Buscam, ao contrário, soluções urgentes para a retomada da produção, sem os gravames que hoje oneram, indevidamente, o investimento, o ciclo produtivo e as exportações", diz o estudo. Leia nas páginas 6 e 7 as propostas para diferentes tópicos.

RETOMADA DA INDÚSTRIA

Caminhos para viabilizar e ampliar investimentos públicos e privados

Oportunidades e exigências da sociedade

- Transição para economia de baixo carbono e eficiência energética
- Digitalização e indústria 4.0
- Responsabilidade social e promoção de diversidade
- Padrões internacionais de qualidade e conformidade
- Melhorar serviço de saúde e segurança no trabalho

Recursos naturais e humanos disponíveis

- Biodiversidade: 58% do território coberto por florestas
- Água: 12% das reservas hídricas mundiais, maior disponibilidade de água do planeta
- Energia renovável: 84% da matriz de fontes renováveis
- População: 214 milhões de pessoas de diferentes etnias, sendo mais da metade considerada economicamente ativa

Políticas públicas e estratégias do setor privado

- Melhorar ambiente de negócios e segurança jurídica
- Ampliar a infraestrutura e logística
- Formação e qualificação da mão de obra
- Investimento em pesquisa, tecnologia e inovação
- Promover política de produtividade e competitividade
- Melhor uso das compras governamentais e investimentos do governo
- Desonerar investimentos e exportações
- Facilitar condições de financiamento, investimentos e garantias

Metas e objetivos

- Protagonizar a descarbonização da economia global e ser parte da solução para as mudanças climáticas
- Criar mais e melhores empregos
- Ampliar o parque industrial brasileiro
- Promover a resiliência de cadeias produtivas
- Inserir o país nas grandes cadeias globais de valor
- Transformar as vantagens comparativas do país em recursos naturais e humanos em vantagens competitivas
- Promover justiça social, diversidade, inclusão e melhores práticas de governança e conformidade

*Reindustrializar
é essencial para
o Brasil alcançar
uma trilha de
desenvolvimento
sustentável com
justiça social*

*As propostas da
indústria não
se baseiam na
simples criação
de incentivos
ou na redução
dos tributos*

STF deve concluir hoje "revisão da vida toda"

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187396?page=2§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187396?page=2§ion=2

Reforma da Previdência: governo Lula deve fazer mudanças em pensão por morte e aposentadoria por invalidez

A reforma da Previdência, que completou três anos este mês, está na mira da equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O grupo de trabalho que cuida do tema elegeu dois pontos para serem revistos: pensão por morte e aposentadoria por invalidez. Com as mudanças aprovadas o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro (PL), o valor desses benefícios deixou de ser integral.

A ideia do novo governo é mudar as regras de cálculo para aumentar os vencimentos, o que pode reduzir a economia prevista com a reforma nos próximos anos.

Segundo integrantes do grupo temático de Previdência, a intenção é que a pensão por morte, hoje equivalente a 50% do valor do benefício mais 10% por dependente, suba para algo entre 70% e 80%. O percentual dos dependentes seria mantido.

Já a aposentadoria por invalidez voltaria a ser paga em valor integral. Atualmente, o benefício corresponde a 60% da média das contribuições, mais 2% a cada ano que exceder os 15 anos de contribuição.

Nos dois casos, os beneficiários não podem receber valor inferior ao salário mínimo, já de acordo com as regras atuais.

A revisão dos cálculos desses benefícios faz parte de um relatório sobre a Previdência que trará ações previstas para os primeiros cem dias do futuro governo.

Concurso para servidor

Também constarão no documento medidas para melhorar a gestão do regime de aposentadoria, como reduzir as filas nas agências do **INSS**. Entre as propostas estarão a realização de concursos para contratação de mil novos servidores e a atualização dos sistemas.

As medidas que o governo eleito quer mudar teriam impacto retroativo, segundo o rascunho que está sendo elaborado. Ou seja, pensões e aposentadorias por invalidez concedidas a partir do início da vigência

da reforma, em 13 de novembro de 2019, seriam recalculadas, explicou um técnico do grupo de trabalho.

O novo valor, no entanto, só valeria a partir da aprovação da medida. Não haveria o pagamento retroativo da diferença entre o antigo valor e o novo.

Um dos motivos alegados por integrantes do grupo técnico para revisar os dois pontos é que a reforma prejudicou os mais pobres, sobretudo aposentados e pensionistas do **INSS**. Dizem ainda que a regra de cálculo do auxílio-doença, que corresponde a 91% da média das contribuições, permaneceu mais vantajosa e, por isso, seria necessário mexer nas normas da aposentadoria por invalidez e da pensão.

As mudanças no regime de aposentadoria, que começaram a ser discutidas no governo Michel **Temer**, foram uma das reformas mais importantes da gestão Bolsonaro do ponto de vista de contas públicas.

A economia projetada em dez anos é de R\$ 800 bilhões. Desse total, R\$ 78,6 bilhões viriam das alterações nas regras da aposentadoria por invalidez.

Já as mudanças na pensão por morte responderiam por R\$ 101,1 bilhões no **INSS** e por R\$ 11,2 bilhões no regime dos funcionários públicos federais.

Com os ajustes propostos pelo novo governo, essa economia de R\$ 191 bilhões - o que representa 23,8% do valor projetado em uma década - corre risco de não se concretizar. Entretanto, não é possível calcular o impacto exato, pois depende da proposta final que será aprovada.

Técnicos do governo que trabalharam na reforma argumentam que o ideal seria alterar as regras do auxílio-doença e não mexer nos dois benefícios. Além disso, eles apontam o risco de uma contrarreforma no Congresso.

As mudanças propostas podem ser feitas por projeto de lei, que são mais fáceis de aprovação do que uma emenda constitucional. Mas a revisão da reforma pode acabar sendo mais profunda, a depender do interesse

dos congressistas.

O assunto vem sendo tratado com reservas no grupo temático da Previdência para não causar ruídos no momento em que o futuro governo tenta aprovar no Congresso a "PEC de Transição", para acomodar no Orçamento de 2023 gastos com programas sociais e investimentos.

'Estão no caminho errado'

A equipe de transição que trata do tema deverá divulgar dois relatórios. Um deles já está praticamente pronto e vai trazer um diagnóstico da gestão da Previdência no atual governo. Inicialmente, a pasta integrava o Ministério da Economia, junto ao Trabalho.

Em julho do 2021, Bolsonaro editou uma medida provisória recriando o Ministério do Trabalho e Previdência, para atender aliados políticos. Neste documento, deve constar pedido para a criação de uma pasta exclusiva para a Previdência.

O outro relatório trará as propostas de mudança na pensão por morte e na aposentadoria por invalidez.

Para o especialista Paulo Tafner, o futuro governo deveria tomar medidas para aperfeiçoar o regime previdenciário e não aumentar gastos, diante do rápido processo de envelhecimento da população brasileira:

- O que me parece é que estão na direção errada. As propostas estão indo na direção de aumento de gastos, e não de redução. Apesar do enorme avanço decorrente da melhor reforma já feita no Brasil, ainda há muito o que fazer.

Entre o que falta, Tafner cita colocar em vigor o aumento automático da idade em função de dados demográficos e reduzir diferenças ainda existentes por categoria profissional.

Em 2021, o regime de aposentadoria dos trabalhadores do setor privado registrou déficit de R\$ 248,4 bilhões; o dos **servidores públicos** federais, de R\$ 50,4 bilhões; e o das Forças Armadas, de R\$ 45,6 bilhões. Ou seja, em todos os regimes, as despesas superaram as receitas em R\$ 344,5 bilhões, segundo o Ministério do Trabalho e Previdência.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/12/reforma-da-previdencia-governo-lula-deve-fazer-mudancas-em-pensao-por-morte-e-aposentadoria-por-invalidez.ghtml>

Funcionários da Caixa alertam petista sobre crédito do Auxílio

Nathalia Garcia *brasil*

Comitê formado por funcionários e ex-dirigentes da Caixa alertou o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em documento entregue nesta quarta-feira (30), sobre o risco de superendividamento de famílias de baixa renda com a concessão de empréstimos consignados para beneficiários do Auxílio Brasil.

No relatório, o grupo sugeriu ao novo governo a revisão da taxa de juros aplicada nessa modalidade de crédito -hoje de 3,45% ao mês na Caixa- ao nível do menor consignado oferecido pelo banco para contratos já concedidos.

Embora na Caixa seja mais baixa que o teto de 3,5% ao mês fixado pelo Ministério da Cidadania, a taxa cobrada de beneficiários do Auxílio Brasil é maior do que a do crédito consignado para aposentados e pensionistas do **INSS**, de até 2,14% ao mês.

"A gente faz um alerta para a equipe de transição, mostrando que esse tema será um grande problema para os novos gestores que assumirem a empresa", afirmou Marcia Kumer, ex-funcionária que participou da elaboração do relatório.

O documento foi entregue a Lula por Maria Fernanda Coelho, ex-presidente da Caixa, e engloba uma parcela das propostas formuladas pelo comitê para mudanças em diversas áreas da instituição.

"São sugestões para o importante papel do banco nos programas sociais, de moradia e geração de empregos", escreveu o presidente eleito nas redes sociais.

"Pelo lado dos beneficiários, considerando um já elevado endividamento do povo brasileiro, constata-se um incentivo ao endividamento exacerbado das famílias vulneráveis, cujo risco é agravado pela taxa de juros muito superior àquelas de empréstimos consignados similares", diz o documento.

O grupo também recomendou ao próximo governo avaliar sua estratégia de comunicação direcionada aos beneficiários do programa de transferência de renda em relação ao desconto mensal da parcela do consignado que será abatida do valor total do auxílio.

O empréstimo pode ser feito em até dois anos, em 24 parcelas mensais e sucessivas. Caso o beneficiário perca o direito ao Auxílio Brasil enquanto o empréstimo ainda não tenha sido completamente quitado, a dívida permanece. Especialistas consideram arriscada a modalidade de empréstimo para beneficiários do Auxílio Brasil.

Os membros do comitê ainda ressaltaram o viés eleitoral da medida. Até 1º de novembro, R\$ 7,5 bilhões em mais de 2,8 milhões de empréstimos foram concedidos na modalidade de crédito. Segundo os servidores, o consignado foi "claramente utilizado por [Jair] Bolsonaro na tentativa de obter votos no processo eleitoral para sua reeleição".

A motivação da Caixa também tem sido questionada pelo Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), que apresentou nesta quarta uma nova representação pedindo que a corte avalie as mudanças promovidas pelo banco nos critérios para concessão de empréstimo consignado do Auxílio Brasil após as eleições.

Em nota, a Caixa disse reiterar o "caráter técnico, bem como a regularidade do consignado no Auxílio Brasil".

"O banco destaca que a operação de crédito foi criada por lei e que a área técnica do TCU acompanha o caso desde o mês de outubro, sem ter identificado qualquer irregularidade promovida pela Caixa", acrescentou.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50112>

Transação tributária e a regularização de R\$ 200 bi - OPINIÃO JURÍDICA

João Colussi e Marcelo Guimarães Francisco

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187396?page=2§ion=2

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Transação tributária e a regularização de R\$ 200 bi

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187396?page=2§ion=2

Bolsonaro manda suspender orçamento secreto após Lula fechar apoio a Lira

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro mandou suspender o pagamento das emendas do orçamento secreto após seus aliados no Congresso fecharem alianças com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A ordem no Palácio do Planalto é não pagar mais nada neste ano. Na prática, a medida deixa o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sem capacidade de honrar os acordos feitos para bancar sua reeleição ao comando da Casa. Além disso, empurra para Lula o ônus de manter o esquema do toma lá, dá cá que condenou na campanha e liberar as verbas a partir de janeiro de 2023, se não quiser azedar sua relação com o Legislativo.

A canetada de Bolsonaro ocorre um dia depois de o PT se aproximar de Lira, anunciando apoio à sua recondução à presidência da Câmara. Os petistas também devem apoiar a reeleição de Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ao comando do Senado. Os dois foram eleitos com o aval de Bolsonaro e operam a distribuição do orçamento secreto.

Revelado pelo Estadão, o esquema foi criado pelo presidente e repassou ao relator do Orçamento a decisão sobre qual deputado ou senador poderia decidir o que fazer com recursos do caixa federal. Até mesmo pessoas sem mandato foram contempladas.

O relator é indicado pelos presidentes da Câmara e do Senado, que põem na mão de três políticos a operação do dinheiro público. Dessa forma, só recebe quem votar de acordo com eles. Nos últimos anos, recursos foram distribuídos sem critérios técnicos e abasteceram prefeituras de aliados que compraram tratores a caminhões de lixo, sem necessidade e a preços superfaturados.

Dos R\$ 16,5 bilhões reservados para o orçamento secreto neste ano, R\$ 7,8 bilhões foram bloqueados pelo governo. Líderes do Congresso agiam para destravar os recursos e pressionavam o Planalto, mas foram pegos de surpresa por dois atos assinados ontem por Bolsonaro, aos quais o Estadão teve acesso.

O presidente mandou suspender o pagamento do orçamento secreto no mesmo dia em que Lula se reuniu com Lira e com Pacheco, separadamente (mais

informações na pág. B2). Para tanto, argumentou que faltam recursos para outras áreas, com os sucessivos bloqueios que o governo precisou fazer para cumprir o teto de gastos, regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**.

MEDIDAS. Bolsonaro assinou duas medidas ontem, para efetivar a decisão. Primeiro, enviou uma proposta ao Congresso para secar a fonte do orçamento secreto ao remanejar as verbas para outras áreas. Depois, editou um decreto autorizando a equipe do governo a fazer os cancelamentos em uma área e acrescentar em outra.

O projeto de lei para tirar os recursos do orçamento secreto e pôr a verba em despesas obrigatórias, entre elas o pagamento do salário de **servidores públicos**, depende de aprovação do Congresso. O governo não divulgou os valores da movimentação, mas pode acabar com a fonte das emendas.

"Se eles trocarem para despesa primária (obrigatória), encerrou, acabou. Aí não tem mais o que discutir, aí não tem nem o que gastar e a expectativa vai toda embora", afirmou ao Estadão o relator-geral do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), para quem o Congresso deve engavetar a proposta. "Não tem fundamento nenhum, não sei com quem eles combinaram isso. É completamente estapafúrdio." A assessoria do presidente da Câmara afirmou que a decisão do governo está relacionada a questões orçamentárias, não à relação dele com o futuro governo. "O Congresso sempre vai manter sua autonomia. Em relação à presidência, sua relação sempre foi e continuará sendo republicana." Lira tem dito que ficará "independente" em relação ao novo governo, não fazendo oposição nem tendo alinhamento automático ao Palácio do Planalto. Na noite de anteontem, ao chegar para um jantar do PL onde estava Bolsonaro, Lira foi hostilizado por apoiadores do presidente e chamado de "omisso" e "traidor da Pátria".

O Congresso quer agora usar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, apresentada pela equipe de Lula para liberar recursos, com o objetivo de forçar o governo a bancar o orçamento secreto no fechamento do ano. As verbas são tratadas como prioritárias para abastecer as campanhas de Lira e Pacheco.

Além disso, o Centrão articula alterar a PEC para incluir uma regra que torna as emendas secretas impositivas, o que obrigaria o Executivo a pagar.

O controle do orçamento secreto garantiu a Lira apoio para se reeleger ao comando da Câmara no biênio 2023-2024.

A três meses da disputa, ele já conseguiu o apoio de 14 dos 28 partidos com representantes no Congresso, algo inédito.

A defesa da manutenção do orçamento secreto é a principal plataforma de campanha de Lira para seguir no cargo. Nos dois anos de orçamento secreto, o Congresso pôde decidir o destino de R\$ 33 bilhões.

Justificativa
**Bolsonaro suspendeu o
orçamento secreto com o
argumento de que faltam
recursos para outras áreas**

Barganha
Emendas garantem a Lira
apoio na tentativa de se
reeleger presidente da
Câmara dos Deputados

<p>.....</p> <p>Bolsonaro</p>  <p><i>“Inventaram que eu tenho um orçamento secreto agora. Tenho um reservatório de leite condensado, 3 milhões de latas. Eles não têm o que falar. Como um orçamento foi aprovado, discutido por meses e agora apareceu R\$ 3 bilhões? Só os canalhas do Estado de S. Paulo para escrever isso aí”</i></p> <p>11/05/2021 Conversa com apoiadores no Palácio da Alvorada</p>	<p><i>“Pelo amor de Deus, para com isso. Orçamento secreto é uma decisão do Legislativo que eu vetei, depois derrubaram o veto. Quem recuou do veto? Ah, eu desvetei? Desconheço desvetar”</i></p> <p>10/10/2022 Ao ser questionado pelo Estadão sobre ter recuado do veto ao orçamento secreto</p> <hr/> <p><i>“Eu não tenho nada a ver com esse orçamento secreto”</i></p> <p>16/10/2022 Durante debate contra Lula na TV Band</p>	<p>.....</p> <p>Lula</p>  <p><i>“O orçamento secreto é a maior bandidagem feita em 200 anos de República”</i></p> <p>09/07/2022 Durante ato em Diadema (SP)</p> <hr/> <p><i>“O (orçamento secreto) não é uma moeda de troca, é usurpação do poder. Acabou o presidencialismo. O Bolsonaro parece o bobo da corte, ele não coordena o orçamento”</i></p> <p>25/08/2022 Em entrevista ao <i>Jornal Nacional</i>, da Rede Globo</p>	<p><i>“Se a gente não acabar com o orçamento secreto, será muito difícil eu e o Alckmin fazermos o que nós precisamos fazer”</i></p> <p>02/07/2022 Durante ato político, em Salvador (BA)</p> <hr/> <p><i>“Fizeram um tremendo carnaval com o mensalão e, hoje, estão aprovando o orçamento secreto, que é a maior excrescência política orçamentária do País”</i></p> <p>29/07/2022 Ao discursar na UnB</p>
--	--	--	--

Regalia antirrepublicana (Editorial)

A defesa obstinada de privilégios classistas, prática afrontosa à própria ideia de República, é um dos traços distintivos de muitas associações representativas de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Em março deste ano, voltou a tramitar no Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que restabelece o pagamento do quinquênio, também chamado de adicional por tempo de serviço, a juízes e promotores. O quinquênio é um aumento automático de 5% dos vencimentos pagos a esses servidores a cada cinco anos de trabalho. A regalia fora extinta para servidores do Poder Executivo em 1999 e para membros do Poder Judiciário e do Ministério Público em 2005.

Como a PEC 63/2013 não foi apreciada pelos senadores, e ainda não foi definida pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), uma data para a votação, a Associação dos Juizes Federais (Ajufe), com pressa, achou que era o caso de procurar o Conselho da Justiça Federal (CJF) para garantir o pagamento do mimo antirrepublicano aos seus associados.

Composto por membros da própria Justiça Federal - portanto, potenciais beneficiários da decisão -, o CJF, ora vejam, acolheu o pedido da Ajufe e autorizou a volta do quinquênio. Prevaleceu a tese da desembargadora Mônica Sifuentes, presidente do Tribunal Regional Federal da 6.a Região (TRF-6), de que a regalia não poderia ter sido cancelada para juízes que tivessem um alegado "direto adquirido" ao quinquênio antes da decisão do Conselho Nacional de Justiça que acabou com este e outros privilégios da magistratura.

O próprio CJF admite não ter uma estimativa do impacto financeiro de sua decisão, o que é revelador de sua irresponsabilidade no trato dos recursos dos contribuintes quando o que está sobre a mesa é o interesse particular de uma casta de **servidores públicos**. Mas um consultor legislativo do Senado, Luiz Alberto dos Santos, calculou, a pedido do Estadão, que um juiz federal empossado em 1995, por exemplo, poderá receber nada menos que R\$ 2 milhões em quinquênios atrasados, corrigidos pela **inflação**. É um descalabro.

Está tudo errado na decisão tomada pelo CJF, desde a imoralidade do julgado, um inequívoco sinal de que parte dos membros do Poder Judiciário vive alheia à realidade do País, até aspectos formais relacionados à

própria competência do colegiado administrativo para esse tipo de decisão. O CJF, vale lembrar, é um órgão de supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal, com poderes correccionais sobre atos dos servidores. Qualquer decisão fora disso, sobretudo a autoconcessão de vantagens financeiras, é uma exorbitância.

Em um país com milhões de brasileiros desempregados e passando fome, gente que depende da caridade alheia para fazer uma refeição, já seria aberrante escrever na Constituição que uma elite de servidores tem direito a um benefício pecuniário apenas por ter permanecido na função a cada cinco anos. Muito pior quando essa decisão é tomada não por representantes da sociedade e da Federação, mas por representantes dos próprios beneficiários. Isso não pode prosperar.»

Desemprego cai e renda reage, mas tendência é de reversão

*Marsílea Gombata e Lucianne Carneiro De São Paulo e
do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/editions>

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

Tempo para aprovar reforma tributária

O nome mais cotado para assumir o Ministério da Fazenda, a ser recriado a partir da divisão do atual Ministério da Economia em três (os outros são Planejamento e Indústria, Comércio e Serviços), é o do ex-ministro Fernando Haddad, que passou a tarde, ontem, reunido em Brasília com o grupo de Economia do governo de transição.

Antes de embarcar para São Paulo, no início da noite, Haddad reafirmou que a prioridade do governo eleito é aprovar a PEC da Transição antes de apresentar qualquer proposta sobre um novo marco fiscal, que ele prefere chamar de "arcabouço". Essa nova âncora de responsabilidade fiscal, que substituirá a regra do teto de gastos e a regra de ouro, será apresentada na sequência da **reforma tributária**, sobre a qual já há dois projetos em tramitação, um na Câmara e outro no Senado.

"O arcabouço fiscal, como chamamos, não está sendo desenhado agora. É muito pouco tempo de tramitação da PEC para fazer uma substituição (da âncora fiscal). A PEC é para ganhar, justamente, o tempo necessário para fazer a **reforma tributária** e encaminhar o novo arcabouço fiscal", frisou.

Já o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com os deputados Adolfo Viana (PSDB-BA) e Alex Manente (Cidadania-SP). Os dois representam a federação PSDB/ Cidadania, que anunciou posição de independência em relação ao novo governo. Mas ambos afiançaram o apoio à PEC da Transição, desde que sejam alterados pontos de divergência, principalmente o prazo de quatro anos para vigência da exclusão dos recursos do Bolsa Família do teto de gastos.

A federação defende que essa licença seja válida apenas para o ano que vem.

"Nós temos a missão de rever o teto de gastos e a regra de ouro, porque não podemos sempre ficar no penduricalho para ter condições de dar Auxílio (Brasil/Bolsa Família). Ou nós antecipamos essa revisão prevista para daqui a cinco anos ou vamos sempre ter de fazer algo que é exceção para aquilo que é obrigação", disse Manente. Ele garantiu, porém, que as duas legendas apoiarão a PEC. (VD)

A economistas Lula reafirma prioridade de combate à fome



Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-ministro Fernando Haddad no Egito Joseph Eid - 17.nov.22/AFP

Idiana Tomazelli Brasília

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ouviu dos economistas da equipe de transição uma avaliação ampla do cenário econômico, dos principais desafios e das condições para o Brasil retomar o crescimento.

O petista, por sua vez, reforçou, em uma fala ao final do encontro, quais são suas prioridades no novo governo: combater a fome e a pobreza e gerar empregos.

A reunião ocorreu a portas fechadas no hotel em que Lula está hospedado, em Brasília, entre a manhã e a tarde de terça-feira (29).

Segundo relatos colhidos pela Folha, não houve decisões, mas diálogo. Durante cerca de cinco horas, Lula obteve um diagnóstico detalhado de cada um dos presentes sobre a situação do país, perspectivas futuras e possíveis caminhos para o novo governo.

Participaram da reunião Pêrsio Arida, André Lara Resende, Nelson Barbosa, Guilherme Mello -os quatro coordenadores do grupo técnico de economia na transição-, além de Gabriel Galípolo, cotado para comandar o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e Antonio Corrêa de Lacerda, presidente do Cofecon (Conselho Federal de Economia) e integrante do grupo técnico de planejamento e orçamento.

Pêrsio e André Lara, que vinham participando virtualmente dos encontros sobre a transição, viajaram a Brasília para comparecer ao encontro.

Também estavam presentes o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), que coordena a transição, e os ex-ministros Aloizio Mercadante, Gleisi Hoffmann e Fernando Haddad.

Principal cotado para comandar o Ministério da Fazenda, Haddad também expôs suas avaliações durante o encontro, tanto sob o ponto de vista econômico quanto do político. Ele reforçou a necessidade de construir soluções por meio de diálogo e consenso, em sintonia com o que tem sido dito por Lula a seus aliados.

A eventual indicação de Haddad ao comando da pasta passou longe das discussões. Segundo os relatos, o tema "não foi mencionado nem perguntado".

O ex-ministro segue liderando a bolsa de apostas, principalmente após ter sido integrado ao grupo técnico de economia na transição a convite de Lula. Ele também representou o presidente eleito em almoço promovido pela Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Segundo interlocutores, Lula deixou claro no encontro que pretendia ouvir cada um dos presentes, sem limitar o tempo de fala. Ao final, o núcleo político também pôde fazer considerações. O objetivo principal do petista era escutar diferentes visões e nuances existentes naquele círculo -atitude descrita como uma característica do presidente eleito.

A lista de assuntos foi variada. Houve conversas sobre a PEC (proposta de emenda à Constituição) da Transição, negociada pelo PT para tirar o Bolsa Família do teto de gastos e conseguir recompor o Orçamento de 2023, e também sobre o novo arcabouço de regras fiscais que deve ser proposto pelo governo eleito no ano que vem.

Sem proferir decisão, Lula ouviu as opiniões de cada um dos economistas sobre os possíveis desenhos e também diretrizes a serem incorporadas na confecção das propostas, como a avaliação da qualidade dos gastos e um olhar para as receitas.

Como mostrou a Folha, a revisão das projeções de arrecadação para 2023 está no radar de integrantes da transição como um fator que pode aliviar o impacto da PEC no déficit das contas do país. A visão é compartilhada por economistas de fora do governo, que também apontam uma tendência de crescimento estrutural em receitas ligadas a commodities como o petróleo.

Também se falou sobre as condições necessárias para a retomada do crescimento, como maior atração de investimentos estrangeiros, mas também um papel mais atuante do poder público na realização de obras, em complementação ao setor privado. Alguns desses temas foram abordados sob uma perspectiva de médio e longo prazo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

12

Haddad vê nova regra fiscal em 2023 com reforma tributária

Idiana Tomazelli Brasília

O ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad afirmou nesta quarta-feira (30) que a expectativa do novo governo é encaminhar uma proposta para um novo arcabouço fiscal no ano que vem, com a aprovação de uma reforma tributária.

Cotado para ser o ministro da Fazenda do governo Lula, Haddad explicou que não há tempo para essa discussão nesse momento, com a PEC da Transição, mas que a proposta de emenda à Constituição irá dar tempo ao novo governo para fazer essa discussão.

"Estamos ganhando, com a PEC, tempo para abrir uma discussão com a sociedade, e temos uma perspectiva boa de aprovar a reforma tributária no ano que vem. O ideal é que, com a reforma tributária, a gente paralelamente remeta para o Congresso um novo arcabouço fiscal, que aí será coerente com a reforma que terá sido feita", afirmou Haddad, em rápida conversa com jornalistas após participar de reuniões com Lula.

A equipe de transição quer aprovar a PEC para garantir recursos para pagar o Bolsa Família de R\$ 600 no próximo ano, além de R\$ 150 por crianças até seis anos nas famílias beneficiadas pelo programa.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

12

Custo Brasil emperra crescimento

Expressão cunhada nos anos 90, o Custo Brasil refere-se a uma série de dificuldades tributárias, logísticas, burocráticas e de relações trabalhistas anacrônicas, entre outros fatores, que emperram o crescimento do Brasil. Na prática, corroem o ambiente de negócios e tomam a corrida da competitividade de produtos brasileiros no exterior desigual, por vezes inviável.

Um estudo recente do Ministério da Economia, coordenado pelo MBC com o apoio de associações de indústria, reúne 12 elementos que praticamente anulam a competição do Brasil com países que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e contam com uma legislação moderna.

Entre esses itens estão o alto custo para se abrir um negócio, o elevado custo do crédito, limitações da infraestrutura de mobilidade urbana e alta complexidade tributária. Esses problemas, somados a outros, fazem com que o Custo Brasil seja estimado em R\$ 1,5 trilhão ao país.

"Em setores como o aço, o Custo Brasil representa cerca de 16% do produto final para exportação. Outros setores também sofrem com excesso de **tributos**, relações trabalhistas desfavoráveis ao investimento. logística, energia elétrica cara, só para citar alguns itens", diz Jorge Ierdau, presidente do conselho superior do MBC (Movimento Brasil Competitivo), entidade que reúne os setores público e privado para aumentar a competitividade no país.

Há um consenso entre empresários e na sociedade brasileira que o principal ingrediente do Custo Brasil é a carga tributária.

considerada elevada, complexa e anacrônica. Rogério Caiuby, conselheiro executivo do MBG, explica que as empresas brasileiras gastam em média 1.300 horas por ano para honrar seus **tributos**. "É algo em torno de um exército de 20 a 30 pessoas trabalhando, enquanto nos países da OCDE essa cifra não chega a 160 horas." No Plano de Retomada da Indústria, a reforma tributária é crucial. A adoção do IVA não cumulativo sobre Valor Agregado). Ele eliminaria o IPI, o PIS, a Cofins, o ICMS e o ISS. "O prejuízo que causamos por não ter feito a **reforma tributária** é catastrófico, perdemos muita competitividade ao longo dos anos. Tudo isso nos limita enormemente e precisamos corrigir", avalia Ierdau.

PT já admite impacto fiscal menor para "PEC da Transição"

**NATÁLIA PORTINARI, FERNANDA TRISOTTO, MANOEL
VENTURA, BRUNO GÓES E JENIFFER GULARTE**
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Siglas do Centrão querem pelo menos seis ministérios de Lula

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/editions>

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

Convidados para a base, MDB e PSD almejam mais espaço na Esplanada do que o sinalizado por Lula

*Por Bruno Góes, Eduardo Gonçalves e Bianca Gomes -
Brasília e São Paulo*

A um mês de tomar posse, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva tenta encontrar espaços para acomodar partidos que convidou para fazer parte do seu novo governo e conter o apetite por cargos. Em Brasília nesta semana para reuniões políticas, o petista indicou a integrantes do MDB e do PSD que as siglas poderão controlar menos ministérios do que inicialmente previam. Já com o União Brasil, a negociação passa pelo apoio do PT para que parlamentares da sigla ocupem postos importantes no Legislativo.

Ao deputado Baleia Rossi (SP), presidente do MDB, Lula disse que o partido receberá ao menos uma pasta no futuro governo, ainda a ser definida. Caciques da sigla esperam ser contemplados, no entanto, com três ministérios.

O petista não esclareceu se nomearia a senadora Simone Tebet (MDB-MS) como uma escolha pessoal ou se ela ocuparia a vaga no primeiro escalão reservada à legenda. Lula e Baleia se reuniram na noite de segunda-feira no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília, onde trabalha a equipe de transição.

Caso a intenção dos emedebistas seja levada em conta por Lula, uma das cadeiras tende a ser ocupada por um senador da sigla, possivelmente o filho de Renan Calheiros, o recém-eleito Renan Filho, ex-governador de Alagoas. Dessa forma, o petista contemplaria o clã que trabalhou ativamente pela sua vitória desde o primeiro turno.

O outro posto seria entregue a um deputado. Este poderia ser indicado pelo governador do Pará, Helder Barbalho, que tem influência sobre a bancada da Câmara.

Por essa costura, o terceiro ministério seria de Tebet, que terminou a corrida ao Palácio do Planalto em terceiro lugar e declarou apoio a Lula no segundo turno. O ingresso dela na campanha foi determinante para conquistar parte do eleitorado de centro.

Como mostrou O GLOBO, há, contudo, uma disputa velada nos bastidores entre o PT e Tebet. Correligionários de Lula veem com ressalvas a indicação da emedebista para o Ministério do Desenvolvimento Social, destino mais provável da senadora.

Petistas temem que, com apelo eleitoral da pasta, que é responsável pelo pagamento do Bolsa Família, a emedebista se cacife para a disputa presidencial de 2026.

Outros acenos para garantir os emedebistas na base foram as declarações de Lula e de Fernando Haddad (PT), cotado para o Ministério da Fazenda, de que o novo governo apoiará uma das PECs da **Reforma Tributária**. O tema é tido como uma das bandeiras do MDB.

No caso do PSD, o partido tem hoje três nomes cotados à Esplanada, mas apenas dois devem virar ministros. Disposta a fazer parte da base de Lula, a sigla de Gilberto Kassab considera que terá o direito de indicar um nome oriundo da Câmara e outro do Senado. O PT, porém, ainda não foi explícito a respeito dessa demanda e também não indicou quais áreas seriam reservadas aos quadros da legenda.

Entre os deputados, já há um alinhamento pelo nome de Pedro Paulo (PSD-RJ). Além de ser um nome de confiança do prefeito do Rio, Eduardo Paes, o parlamentar conquistou o apoio dos colegas. Segundo parlamentares do PSD, ainda há dúvidas sobre qual pasta ele ocuparia se ganhasse o aval de Lula. Já no Senado, a disputa está acirrada. Trabalham pela indicação o senador Alexandre Silveira (PSD-MG), que poderia ser alocado em uma área de Infraestrutura, e Carlos Fávaro (PSD-MT), que mira a Agricultura. Os três estiveram com Lula na terça-feira em um hotel em Brasília.

Anúncio de ministros

Amanhã, Lula deve começar a anunciar o nome de ministros, segundo o colunista Lauro Jardim: José Múcio Monteiro para a Defesa; e Fernando Haddad

para a Fazenda.

Na terça-feira passada, o presidente eleito também recebeu os líderes do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA), e no Senado, Davi Alcolumbre (AP). O partido ainda está dividido sobre fazer parte do novo governo, mas tem interesse em se aliar ao PT para conquistar cargos no Legislativo. O esforço se dá, principalmente, para ter o controle do Orçamento. Segundo parlamentares da legenda, uma das intenções é poder indicar o relator-geral, posto cobiçado desde que o orçamento secreto foi criado.

Entre os parlamentares do partido, uma parte deles era aliada de Jair Bolsonaro e gostaria de fazer oposição, enquanto outra defende a adesão imediata ao governo. Há ainda uma terceira ala, que, segundo interlocutores, forma uma maioria a favor da "independência". Como o assunto ainda precisa ser debatido internamente, a movimentação por ocupação de espaço em ministérios não prosperou.

Diferentemente de PSD e MDB, partidos que atuaram ao lado de Lula no segundo turno, o União Brasil ficou mais afastado. Isso ocorreu apesar da defesa do presidente da sigla, Luciano Bivar, de integrar a base de Lula.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/12/convidados-para-a-base-mdb-e-psd-almejam-mais-espaco-na-esplanada-do-que-o-sinalizado-por-lula.ghtml>

A pedido do PT, Senado adia votação de PEC do Quinquênio

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impreso>

Cortes maiores na Saúde e no MEC

O Ministério da Economia divulgou, na noite de ontem, o decreto com o detalhamento do bloqueio adicional de R\$ 5,7 bilhões previstos no relatório de avaliação de receitas e despesas do 5º bimestre, apresentado no último dia 22. Os ministérios da Saúde e da Educação (MEC), novamente, foram as pastas mais afetadas, com cortes de R\$ 1,39 bilhão e de R\$ 1,43 bilhão, respectivamente.

O decreto publicado no Diário Oficial da União (DOU), em edição extra, deixou os ministérios da Economia e da Justiça e Segurança Pública, a vice-presidência da República e o Banco Central livres da tesourada.

De acordo com a Economia, o bloqueio atinge apenas despesas discricionárias, ou seja, não obrigatórias. Nesse caso, cada órgão sujeito aos cortes precisará determinar as áreas que terão os recursos contingenciados.

O governo precisou anunciar novo bloqueio de despesas para cumprir a regra do teto - que limita o aumento das despesas à **inflação** do ano anterior. Esse limite constitucional, no entanto, foi alargado em mais de R\$ 100 bilhões no Orçamento deste ano, com mudanças na metodologia e pedaladas em precatórios. E, mesmo com um teto mais folgado, o governo ainda precisa fazer contingencimentos desde o início do ano.

No relatório anterior, foram bloqueados R\$ 10,5 bilhões e havia R\$ 9,7 bilhões remanescentes que, somados ao corte adicional, chegam a R\$ 15,4 bilhões. Desse total, R\$ 7,7 bilhões são as polêmicas emendas do relator (RP9), conhecidas como orçamento secreto. Nessa soma dos cortes pendentes, o Ministério do Desenvolvimento Regional foi o mais atingido, com bloqueio de R\$ 3,9 bilhões, incluindo o adicional de R\$ 176,9 milhões previstos no último detalhamento do novo decreto. Na sequência, estão a Saúde, com R\$ 3,9 bilhões bloqueados; e a Educação, com tesourada de R\$ 3,8 bilhões.

Os cortes do Orçamento já afetaram a emissão de passaportes pela Polícia Federal e a última grita veio das universidades federais, que se mobilizaram contra o corte previsto de R\$ 244 milhões, que inviabilizaria o funcionamento das instituições.

Procurado, o Ministério da Economia informou que cabe ao Ministério da Educação definir os cortes previstos no bloqueio. Posteriormente, em nota, destacou que o bloqueio preciso no decreto, reflete o

que estava previsto pela Junta de Execução Orçamentária (JEO) e, em dezembro, "a pasta seguirá avaliando o comportamento das receitas e das despesas com a possibilidade de divulgação de um relatório extemporâneo". "Destacamos que o Ministério da Economia é responsável pelo limite de movimentação e empenho, cabendo a cada ministério elencar as suas prioridades", reforçou a pasta, acrescentando que "está buscando alternativas de fontes para resolver as questões mais urgentes dos órgãos". (RH)

Desemprego recua no país



Balcão de empregos do Sine: contingente de pessoas ocupadas chegou a 99,7 milhões em outubro

Leonardo Vieceli

A taxa de desemprego do Brasil voltou a recuar e atingiu 8,3% no trimestre encerrado em outubro, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o menor nível para esse período desde 2014. À época, a economia já dava sinais de fraqueza, e a taxa estava em 6,7%. Considerando diferentes trimestres da série histórica comparável da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), a marca mais recente é a menor desde o intervalo até abril de 2015 (8,1%). O indicador de desocupação marcava 9,1% até julho, período comparável da Pnad Contínua. No trimestre até setembro, que integra outra série da pesquisa, o indicador já estava em 8,7%.

O número de desempregados, por sua vez, recuou para 9 milhões no trimestre finalizado em outubro. é o menor nível para o período desde 2014 (6,7 milhões). Na análise de diferentes intervalos da série, o número é o mais baixo desde julho de 2015 (8,8 milhões). O contingente somava 9,9 milhões até julho de 2022 e 9,5 milhões até setembro deste ano. A população desempregada, conforme as estatísticas oficiais, é formada por pessoas de 14 anos ou mais que estão sem trabalho e seguem à procura de novas vagas. Quem não tem emprego e não está buscando oportunidades não entra nesse cálculo.

A Pnad retrata tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal. O contingente de pessoas ocupadas com algum tipo de trabalho chegou a 99,7 milhões. Assim, bateu novamente o recorde na série histórica, iniciada em 2012. "Este momento de crescimento de ocupação já vem em curso desde o segundo semestre de 2021. Com a aproximação dos últimos meses do ano, período em que historicamente há aumento de geração de emprego, a tendência se mantém", afirmou Adriana Beringuy, coordenadora da Pnad.

A queda do desemprego, a partir do ano passado, foi acompanhada pela criação de empregos com salários

mais baixos na média. A renda real ficou fragilizada com a disparada da **inflação** no país. Agora, o rendimento médio passou a dar sinais de melhora em um contexto de trégua de parte dos preços. O rendimento real habitual alcançou R\$ 2.754 até outubro. Cresceu 2,9% em relação ao trimestre anterior, até julho, e 4,7% na comparação com igual intervalo de 2021.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/01/12/2022/p1>

Educação e sustentabilidade como vetores para o progresso

Nas últimas quatro décadas, a indústria de transformação nacional tem encolhido. Esse segmento da indústria chegou a ter 27% de participação no **PIB** e, atualmente, representa apenas 11%. Essa desindustrialização precoce e acelerada é grave para o país devido à capacidade do setor de dinamizar a economia. Alguns dados comprovam essa importância. A indústria possui efeito multiplicador: a cada R\$ 1 produzido são gerados R\$ 2,43 na economia. Além disso, possui efeitos positivos sobre o mercado de trabalho, dado que, além de pagar, em média, maiores salários, possui um grau de formalização maior.

A indústria de transformação representa, ainda, 65,1% dos gastos privados em pesquisa e desenvolvimento, com efeitos que transbordam para outros setores da economia e fortalecem o progresso tecnológico. Uma das razões pelas quais o setor está perdendo participação no **PIB** é o fato de arcar com a maior parcela na arrecadação tributária total. Ao redor de 30%, a despeito de representar 11% do **PIB**.

Para a economia, é fundamental recuperar o tamanho da indústria de transformação. Ela é a portadora do futuro, dada a sua capacidade de inovar. Cabe destacar que, tradicionalmente, esse segmento industrial apresenta uma produtividade potencialmente maior quando comparada com outros setores. Essa relação se deve, principalmente, à intensidade de capital e à presença de economias de escala, que viabilizam a absorção de tecnologia por meio de máquinas e equipamentos, bem como via transbordamentos tecnológicos para outros setores. Contudo, a produtividade do trabalho vem se reduzindo e a indústria está sendo penalizada nesse processo. Ela já chegou a representar quase 50% da norte-americana, mas representa, atualmente, menos de 26%. É menor do que a do México e cerca de um terço da dos países europeus.

Reverter esse processo não é uma tarefa fácil, embora os diagnósticos sejam plenamente conhecidos. As federações das indústrias e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) têm feito um trabalho importante no campo da educação, condição necessária para promover a recuperação do setor. O investimento na área é uma emergência nacional, uma vez que, sobretudo no período pós-pandemia, houve forte regressão educacional. Os impactos desse retrocesso

não serão resolvidos de imediato.

Logo, é preciso avançar na melhoria dos indicadores do ensino médio e uma das melhores alternativas é valorizar, sobretudo, o itinerário profissional tecnológico.

Precisamos reforçar, também, a importância da educação profissional e tecnológica na sociedade, modalidade de ensino que possui a grande vantagem de associar dois direitos fundamentais: o direito à educação e o direito ao trabalho. Em países como Alemanha, Suíça, Áustria e Holanda, cerca de 50% dos alunos do ensino médio também recebem formação profissional tecnológica. Não é por acaso que tais países apresentam os menores índices de desemprego entre os jovens e as maiores taxas de industrialização dos países europeus que fazem parte da OCDE. No caso brasileiro, no entanto, apenas cerca de 10% dos estudantes matriculados no ensino médio têm acesso ao ensino profissional.

Para o incremento da produtividade é imperativo, ainda, o fortalecimento do acesso ao crédito. Isso porque máquinas e equipamentos modernos são fatores essenciais para o aumento da produtividade. A partir de uma educação de qualidade e capital de fronteira tecnológica, será possível retomar a expansão do setor e da economia como um todo. Caso contrário, continuaremos a ver a produtividade sendo reduzida. No mesmo processo, é fundamental implementar mudanças no modelo atual de tributação visando instituir um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), amplamente adotado pelas principais economias ao redor do mundo. Esse princípio favorece a isonomia, a transparência e a simplicidade, com efeitos diretos sobre a competitividade das empresas e a segurança jurídica.

Temos também amplas possibilidades de sermos líderes em economia verde. A maneira de reindustrializar o Brasil é descarbonizando a economia, o que vem sendo feito por outras nações. O país deve abraçar essa alternativa, pois trata-se de uma oportunidade de desenvolvimento e de sermos líderes mundiais nessas tecnologias, como já ocorre com o etanol e outros biocombustíveis. Podemos exportar diversos produtos de valor agregado para crescer e promover a reindustrialização.

Esse processo deve ser conduzido com o desenho de políticas industriais modernas, priorizando o progresso tecnológico e a transição para uma economia de baixo carbono.

Países se adaptam à nova realidade da economia global

A economia mundial passou por rápidas transformações nos últimos anos. Se países e empresas já corriam atrás das tecnologias disruptivas que caracterizam a chamada Quarta Revolução Industrial, ou Indústria 4.0, e de iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, a pandemia de Covid-19 fez a digitalização dos negócios avançar anos em meses e expôs enormes gargalos nas cadeias globais de abastecimento. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia, em 2022, exacerbou ainda mais as fragilidades nos fluxos internacionais. O fechamento de portos e fábricas na China por causa da política de Covid zero, congestionamentos de navios, falta de contêineres, interrupção do transporte de cargas na Ucrânia e sanções contra a Rússia tiveram forte impacto na economia mundial. Escassez de semicondutores, fertilizantes, commodities metálicas, combustíveis e até trigo levou ao aumento generalizado dos preços internacionais e à interrupção da produção em diferentes setores.

Só para dar uma ideia. Rússia e Ucrânia respondem apenas por 2% do Produto Interno Bruto (PIB) global, mas 40% do gás consumido na Europa era de origem russa. Resultado: o preço do combustível aumentou dez vezes em um ano e teve impacto avassalador nas economias europeias.

Nesse sentido, países e blocos mais industrializados redobram os esforços de fortalecimento de suas indústrias para dar conta das transformações. Entre as iniciativas estão a diversificação de fornecedores, regionalização de cadeias produtivas e investimentos maciços em tecnologia.

Mais do que fortalecer as indústrias, tais ações têm por objetivos reduzir os riscos geopolíticos das cadeias e garantir segurança em áreas como alimentação, saúde, defesa e outras. Os governos atuam como indutores e articuladores, pois são setores de interesse nacional e que contribuem para o crescimento sustentável.

PACOTES Alguns exemplos são as políticas lançadas pelo presidente Joe Biden, nos EUA, o "Infrastructure Investment and Jobs Act" (Lei de Investimento em Infraestrutura e Emprego) que prevê mais US\$ 547 bilhões em aportes nos próximos anos para projetos de infraestrutura e mobilidade.

A "Chip and Science Act" (Lei de Ciência e Semicondutores) destina US\$ 280 bilhões em incentivos para formação, pesquisa, desenvolvimento e produção tecnológica. Além de evitar a escassez de semicondutores, como ocorreu recentemente, os EUA estão em franca competição com a China nesse setor.

Na União Europeia o projeto "Next Generation EU" destina US\$ 917 bilhões para iniciativas de recuperação econômica do bloco no pós-pandemia. Suas prioridades são transição energética, digitalização, crescimento sustentável e inclusive, saúde, insumos estratégicos, coesão territorial e social e educação.

Na China, o programa "Made in China 2025" prevê a distribuição de US\$ 632,2 bilhões em fundos para diferentes áreas como TI, robótica, aviação, engenharia marítima, equipamentos ferroviários, veículos movidos a energia limpa, equipamentos elétricos, novos materiais, biomedicina e máquinas agrícolas.

A Coreia do Sul, por sua vez, lançou o "Korean New Deal 2.0", com um orçamento de US\$ 140 bilhões para desenvolvimento de uma economia digital, mais verde e com maiores impactos sociais. Já o Japão orienta suas políticas industriais em "missões" com objetivos de interesse nacional, como o investimento anual de US\$ 120 bilhões para atingir a neutralidade de carbono.

Diante desse cenário global, a falta de uma política industrial no Brasil deixa a indústria do país em desvantagem competitiva com as dessas outras economias.

PAÍSES MAIS INDUSTRIALIZADOS BUSCAM SE ADAPTAR À NOVA REALIDADE

Políticas para fortalecer a indústria
num cenário econômico complexo

•EUA

•Lei de Investimento em Infraestrutura e emprego

Investimentos de US\$ 1,2 trilhão até 2021
Mais US\$ 547 bilhões nos próximos
anos em infraestrutura e mobilidade

•Lei de Redução da Inflação

US\$ 437 bilhões para segurança energética,
mudanças climáticas, saúde e alívio à seca

•Lei de Chips e Ciência

US\$ 280 bilhões em incentivo à indústria de
semicondutores, pesquisa, desenvolvimento e formação

•ALEMANHA

•Indústria 4.0

US\$ 200 milhões em investimentos pelos ministérios
da Educação e Pesquisa e da Economia e Energia

•Agenda Digital

Projeto de infraestrutura para expansão
de sistemas produtivos inteligentes

•Transição Energética

3,2 bilhões de euros para redução das emissões,
energias renováveis, redução do consumo
de energia e carros elétricos

•Feito na Alemanha

Estratégia industrial com ações até 2030

•UNIÃO EUROPEIA

•UE Próxima Geração

Plano de recuperação pós-covid com
US\$ 917 bilhões para iniciativas de inovação
e desenvolvimento tecnológico e ambiental

•Horizonte Europa

Fundo de US\$ 92,1 bilhões para
pesquisa e inovação até 2027

•CHINA

•Made in China 2025

US\$ 632,2 bilhões para o desenvolvimento
de uma série de setores da indústria

•Grande Ciência

Iniciativas científicas e tecnológicas de grande impacto

•China Standard 2035

Plano para elevar os padrões
locais e influenciar os internacionais

•14º Plano Quinquenal

Projeto com uma série de objetivos
para o fortalecimento industrial

•COREIA DO SUL

•Korean New Deal 2.0

US\$ 140 bilhões em apoio a uma
economia mais inteligente, verde e segura

•JAPÃO

•Políticas industriais baseadas em "missões",
como o investimento anual de US\$ 120
bilhões para atingir a neutralidade de carbono

•Outras "missões" envolvem iniciativas de
digitalização, saúde prevenção
de desastres e biomanufatura

O BC deve honrar sua autonomia (Editorial)

As dúvidas acerca da política econômica que vai nortear as ações de Lula da Silva se refletem nas cotações do dólar, nos juros e nas ações das empresas negociadas em bolsa, mas o período de transição entre um governo que ainda não se foi e outro que, todavia, não assumiu conta com um importante ponto pacífico. É a primeira vez que o Banco Central (BC) não é uma fonte de incertezas, algo nada trivial considerando nosso histórico econômico e a bélica campanha presidencial.

O Banco Central obteve autonomia por meio de uma lei complementar sancionada em fevereiro de 2021, debatida por dois anos na Câmara e no Senado. Não foi a primeira tentativa de formalizar a independência da autoridade monetária. A lei que criou o BC, de 1964, concedia autonomia e mandatos fixos aos seus diretores, mas seus termos foram abandonados já na ditadura militar. Nos últimos 30 anos, muitas iniciativas que visavam ao resgate dessas condições foram apresentadas pelo Congresso, sem sucesso.

A nova lei garantiu mandatos de quatro anos ao presidente do BC e a seus diretores, em ciclos não coincidentes com a gestão do presidente da República, reconhecendo o papel do Banco Central como instituição de Estado e sua autoridade na busca de seu objetivo fundamental: o controle da **inflação**. Nesse sentido, foi bastante simbólico que o BC tenha iniciado a fase de aumento da Selic um mês após a sanção da lei - a título de comparação, nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed) o fez somente um ano depois.

Também é digno de nota que a trajetória ascendente da Selic tenha sido mantida até os atuais 13,75% ao ano, expondo o descompasso entre a prudente política monetária do BC e a elei-toreira política fiscal de Jair Bolsona-ro. A **inflação** permanece fora da meta e enseja cautela, mas é fato que desacelerou. O próprio presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse que o comportamento dos preços em nível mundial parece ter atingido um pico e aparenta tendência de acomodação ou queda, embora em um nível alto.

Tal cenário abre espaço para que o BC possa fazer jus à autonomia que conquistou e cumprir todos os seus objetivos, entre eles o de zelar pela estabilidade e liquidez da economia, como reconhecem as leis de 1964 e de 2021. O lembrete foi dado por José Roberto Afonso, economista de formação ortodoxa e um dos pais do Plano Real. Em entrevista ao Estadão, ele disse que a tensão do mercado em relação ao futuro

governo não apenas pode, como deve ser gerida pelo BC.

Segundo Afonso, o País dispõe de cerca de R\$ 2 trilhões para enfrentar a especulação de curtíssimo prazo em torno do risco fiscal, considerando o volume de reservas cambiais e o colchão de liquidez do Tesouro Nacional. Esse estoque seria suficiente para honrar obrigações por quase um ano sem emitir novas dívidas, algo importante no momento em que o mercado precifica uma taxa de juros de 15% no início de 2023. Além das operações compromissadas e dos instrumentos cambiais que tem à mão, Afonso sugeriu que o BC poderia fazer uso de seu enorme poder de comunicação para acalmar os investidores, o que não se confunde com desafiá-los ou ignorar os riscos fiscais.

"Se o mercado está nervoso, se isso vai afetar a gestão da dívida, quem tem que resolver é o Ministério da Economia e o Banco Central. Se há alguma tensão além do normal, cabe ao BC gerir o câmbio e cabe à mesa da dívida do Tesouro administrar", disse Afonso. "Eu confio que ele (Roberto Campos Neto) vá atuar como presidente do BC", disse o economista, sugerindo que o BC, agora autônomo, atua conforme parâmetros que independem do governo que indicou sua diretoria.

Como destacou Afonso, a tarefa de gerenciar expectativas do mercado ainda não é de Lula da Silva ou de seu futuro ministro, mas de um governo prestes a se encerrar e de um Banco Central que, pela primeira vez, permanecerá além dele. Dado o debate que a entrevista de Afonso gerou entre economistas nos últimos dias, e diante do contexto de uma autonomia recém-conquistada, a atuação do BC ganha ainda mais atenção e relevância.»



Petróleo fecha em alta com melhor cenário da China

NATÁLIA COELHO

Os contratos futuros de petróleo fecharam em alta ontem, com investidores de olho na possibilidade de a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) não alterar a política de produção e no possível arrefecimento das políticas anticovid na China. Ainda, a possível resolução sobre o teto do óleo russo, dados sobre os estoques de petróleo dos EUA e **PIB** americano melhor do que o esperado também ficaram no radar.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para janeiro de 2023 fechou em alta de 3% (US\$ 2,35), a US\$ 80,55 o barril, enquanto o Brent para fevereiro do mesmo ano foi negociado na Intercontinental Exchange (ICE) a US\$ 86,97 o barril, em alta de 3,22% (US\$ 2,72).

Ontem, a agência de notícias Reuters informou que a decisão da Opep+ de realizar uma reunião virtual no próximo dia 4 significa baixa possibilidade de mudanças em sua política de produção de petróleo.

CHINA. Após protestos contra a política de covid zero na China, cresceu entre investidores a expectativa de que haja relaxamentos nas restrições, o que reforçou a confiança em que a demanda por petróleo se recupere no país asiático.

Outro fator que vem movimentando o mercado são as discussões sobre o teto do óleo russo por parte da União Europeia. O bloco vem acelerando o processo para liberar limite dos preços antes de 5 de dezembro e, segundo relatório da Eurasia, esse debate ocorre "em meio a preocupações polonesas e bálticas de que o esquema de teto de preços do G-7 liderado pelos EUA não reduzirá significativamente as receitas de Moscou". Segundo a Reuters, a Comissão Europeia deverá fazer uma proposta para revisar o mercado de eletricidade da União Europeia até o final de março de 2023. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PSDB e Cidadania dão aval a texto, mas pedem mudança no Auxílio

WESLLEY GALZO

Em reunião convocada ontem pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), os deputados federais Adolfo Viana (PSDB-BA) e Alex Manente (Cidadania-SP) garantiram o apoio da federação ao qual fazem parte na votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição no Congresso, mas sinalizaram ter divergências com um dos pontos centrais do texto: a retirada do Auxílio Brasil por quatro anos do teto de gastos.

Os parlamentares das duas siglas defendem que o programa de transferência de renda fique fora da âncora fiscal vigente por apenas um ano. Eles defendem ainda que a PEC da Transição antecipe para o ano que vem as discussões de revisão do teto de gastos - que limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação - e da regra de ouro para que seja formulada uma nova âncora fiscal.

"Eu disse isso ao presidente: "Nós temos a missão de rever o teto de gastos e a regra de ouro, porque nós não podemos sempre ficar no penduricalho para ter condições de dar auxílio. Ou nós antecipamos essa revisão prevista para daqui cinco anos ou nós vamos sempre ter de fazer algo que é exceção para aquilo que é obrigação", disse Manente, que, apesar disso, reforçou o apoio à PEC. "Apoiaremos (a PEC), independentemente de qualquer questão, e nós teremos a independência de divergir naquilo que não concordamos." No Senado, MDB, PSD e União Brasil já tinham declarado apoio à PEC também depois de se reunir com Lula.

Ontem, o petista se reuniu pela segunda vez com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para dar continuidade às negociações do novo governo. Os encontros individuais foram a portas fechadas, fora da agenda oficial, no hotel em que Lula está hospedado, em Brasília.

"Foi positivo, amadurecimento de questões", disse Pacheco a jornalistas no Senado. Ao ser questionado sobre se já há um valor definido para a PEC, o senador disse que "ainda não".

O ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad, cotado para assumir a Fazenda, disse que a discussão sobre

a nova âncora fiscal deve ficar para depois. "É muito pouco tempo de tramitação da PEC para fazer uma substituição (da regra fiscal). A PEC é para, justamente, ganhar o tempo necessário para fazer a reforma tributária e encaminhar o novo arcabouço fiscal."

Agenda Cotado para a Fazenda, Haddad diz que debate sobre nova âncora fiscal deve ficar para depois

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"PEC é arapuca política com desdobramento fiscal"

ADRIANA FERNANDES

Senador paulista, foi ministro das Relações Exteriores, da Saúde e do Planejamento, governador de SP e prefeito de São Paulo

O senador José Serra (PSDB-SP) diz que o novo governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva está entrando em uma "arapuca" política com desdobramentos fiscais. "Demoraram semanas para protocolar um texto que será muito modificado e estão escolhendo caminhos que não resolvem o problema", alertou em entrevista ao Estadão. Leia trechos da entrevista.

Na segunda-feira, o sr. protocolou uma PEC com solução de curto, médio e longo prazos para as contas públicas e que já conta com 32 assinaturas. É uma alternativa à PEC da Transição?

Apresentei uma PEC que assume responsabilidade fiscal, ambiental e social. Restabelece no País o arcabouço da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), permitindo uma gestão planejada e transparente. Chamo de PEC da Reconstrução. Proponho a troca da âncora fiscal do País, substituindo o teto de gastos (regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**) pelo limite da dívida previsto no artigo 52 da Constituição desde a constituinte. O Executivo teria que apresentar para o Senado uma proposta com os limites no prazo de seis meses.

Como funcionaria a regra?

Quando o Senado aprovar a proposta, dentro do processo legislativo formal, o teto fica revogado. Enquanto se discutem os números, fica valendo o teto. Assim, a política fiscal não fica sem âncora. Há uma troca.

Sai o teto, entra a LRF em sua forma completa, pois a lei nunca vigorou com os limites de endividamento previstos na Constituição. Nesse prazo de seis meses, o governo pode editar créditos extraordinários até um valor de R\$ 100 bilhões, possibilitando manter o Auxílio Brasil em R\$ 600, pagar um adicional de R\$ 150 para famílias com crianças em idade inferior a seis anos e realizar outros gastos importantes.

O teto de gastos não funciona mais?

Eu resumiria assim: o nosso teto de gastos está furado, e o chão da sala está inundado. Minha proposta faz uma reforma para resolver o problema definitivamente, trocando a estrutura, deixando o espaço organizado e salubre.

O governo criou uma armadilha política com a PEC da Transição?

O governo está encurralado.

Cada ação para tapar um buraco no teto exige três quintos do Congresso, com votação dupla nas duas Casas. Os custos econômicos que envolvem essas alterações constitucionais são elevados, pois o Executivo consome recursos fiscais, tempo e energia nesse debate. O novo governo está entrando em uma arapuca política com desdobramentos fiscais. Nessa armadilha, a Constituição sai perdendo, pois o texto vai sofrendo alterações que comprometem a consistência da norma.

O que fazer com a PEC da Transição?

Demoraram semanas para protocolar um texto que será muito modificado, e estão escolhendo caminhos que não resolvem o problema. Penso que essa deveria ser a última PEC para lidar com o teto de gastos para que o governo possa iniciar a gestão focado no que importa.

Lula pode fazer uma boa política econômica?

O PT deve buscar os melhores na área econômica para compor com o time. Se Lula souber coordenar uma boa equipe na área econômica, terá mais facilidade para tocar as demais agendas de governo. Ele precisa da estabilidade macroeconômica.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

No 8º recuo seguido, taxa de desemprego cai a 8,3%, menor no período desde 2014

Entre agosto e outubro, o Brasil ganhou 1 milhão de empregos, entre formais e informais. Com isso, o desemprego caiu a 8,3% no período, abaixo dos 8,7% do trimestre concluído em setembro, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. Foi a oitava queda seguida, além de o menor nível para o período desde 2014. Em contingente de desocupados, é o menor desde julho de 2015.

A coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy, destacou que o movimento sustentado de redução da taxa começou em meados do ano passado, com o avanço da vacinação contra a covid-19. Ela também observou que o trimestre até outubro já começa a captar a geração de vagas de trabalho temporário, para dar conta do aumento da demanda gerada pelas festas de fim de ano. Agora, economistas consultados pelo Estadão/Broadcast preveem uma perda de fôlego.

O total de desempregados ainda é elevado, 9,022 milhões, mas representa uma queda de 30% ante um ano antes, no menor contingente desde o trimestre terminado em julho de 2015. Em um ano, são 3,884 milhões de pessoas a menos na fila do desemprego.

Na comparação com um ano antes, o total de ocupados cresceu 6,1% (com 5,704 milhões de vagas a mais), ante 8,8% no trimestre móvel até julho e 10,3% no trimestre móvel encerrado em abril.

PERDA DE RITMO. O declínio no desemprego deve perder força nos próximos meses, na avaliação de Homero Guizzo, economista da casa de investimentos Terra Investimentos. "A economia não deve crescer mais no ritmo observado no primeiro semestre deste ano", afirmou.

"O desemprego pode cair um pouco até o fim do ano, mas acho que a tendência é de que esteja perto de estabilizar e deve subir moderadamente ao longo do ano que vem", disse o economista-chefe do banco C6, Felipe Salles, ressaltando que o mercado de trabalho "reflete de forma tardia o que aconteceu na atividade". "Esse dado bom de outubro reflete o que ocorreu no segundo trimestre e um pouco no terceiro trimestre", completou.

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), Fernando de Holanda Barbosa Filho destaca ainda o efeito das medidas de estímulo à economia adotadas pelo governo Jair Bolsonaro (PL) nos meses anteriores às eleições, como a elevação do valor mensal do Auxílio Brasil. "As medidas tomadas pelo governo durante o ciclo eleitoral para aquecer a economia, gerando emprego, acabaram contribuindo para a redução da taxa", disse.

REMUNERAÇÃO. A renda média real do trabalhador foi de R\$ 2.754 no trimestre encerrado em outubro, alta de 4,7% na comparação anual e 2,9% acima do trimestre móvel anterior. Segundo Beringuy, do IBGE, o aumento da renda real se deve tanto ao fato de haver mais trabalhadores formais no total de ocupados, em vagas que tradicionalmente pagam melhor do que as informais, quanto ao arrefecimento da **inflação**. Apesar do aumento, o rendimento médio real do trabalho ainda está abaixo do visto no início de 2021, quando estava acima de R\$ 2,8 mil, em valores atualizados pela **inflação**. I VINICIUS NEDER, DANIEL TOZZI MENDES, ÍTALO BERTÃO FILHO e MARIANNA GUALTER

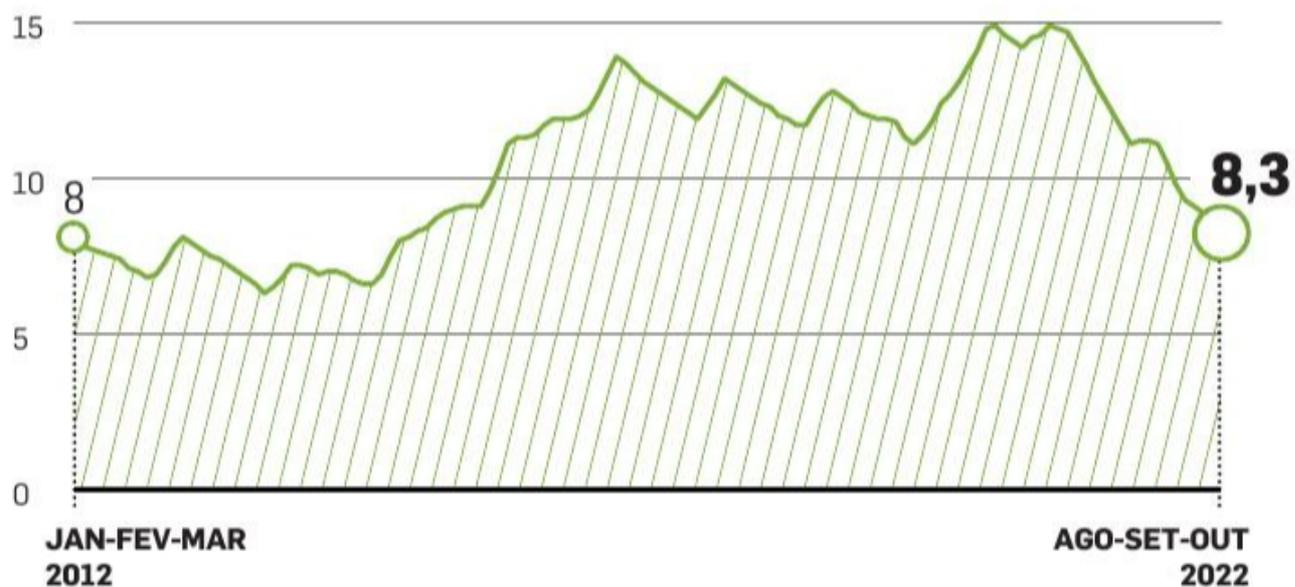
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

DESEMPREGO

Variação da taxa de desocupação no Brasil

Taxa de desemprego

EM PORCENTAGEM



FONTES: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Dívida bruta recua para 76,8% do PIB em outubro

A dívida pública brasileira continuou em trajetória de queda em outubro. Dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC) mostram que a dívida bruta do governo geral fechou o mês em R\$ 7,297 trilhões, o equivalente a 76,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**), abaixo dos 77,1% até setembro. O pico foi alcançado em fevereiro de 2021 (89%) após o impacto nas contas públicas da pandemia de covid-19. No melhor momento da série, em dezembro de 2013, a dívida bruta ficou em 51,5% do **PIB**. O indicador, que abrange a dívida bruta do governo federal e dos governos estaduais e municipais, excluindo o Banco Central e as empresas estatais, é uma das referências para avaliação, por parte das agências globais de classificação de risco, da capacidade de solvência do País. Na prática, quanto maior a dívida, maior o risco de calote por parte do Brasil.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Aumento salarial do novo governador paulista é péssimo exemplo para o país (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para OIT, salário real caiu mais no Brasil

Assis Moreira De Genebra

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/editions>

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

Queda da inflação na Europa eleva otimismo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/editions>

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

PIB dos EUA

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/editions>

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

Cenários para a economia brasileira de 2023 a 2026 (Artigo)

Por Alexandre Manoel e Lucas Barbosa

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/impreso>